

**HABEAS CORPUS Nº 567.577 - SC (2020/0071580-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : THIAGO DA SILVA FONTOURA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THIAGO DA SILVA FONTOURA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que não conheceu a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 331):

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA CONTRA A DECISÃO QUE DETERMINOU A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA. MEDIDA QUE DESAFIA RECURSO PRÓPRIO (ART. 197 DA LEI 7.210/84). PRETENSÃO INADMISSÍVEL. VIÁVEL, CONTUDO, ANÁLISE DE MANIFESTA ARBITRARIEDADE QUE JUSTIFIQUE A CONCESSÃO DA ORDEM EX OFFICIO. PREJUÍZO DA REALIZAÇÃO DO ATO NA FORMA PROPOSTA NÃO DEMONSTRADO. EXEGESE DO ART. 563 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRÉVIA ENTREVISTA COM O DEFENSOR ASSEGURADA. ADEMAIS, RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO JÁ INTERPOSTO, DISCUTINDO O MESMO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL. PRECEDENTES. ORDEM NÃO CONHECIDA.

Narram os autos que o Magistrado de primeiro grau, nos autos de execução penal n. 0024776-64.2014.8.24.0023, determinou a realização de audiência de justificação por meio de videoconferência.

Impetrado *writ* na origem, a Corte de origem não conheceu do *Habeas Corpus*, mantendo a decisão do juízo de primeiro grau.

Daí o presente *mandamus*, no qual a impetrante argumenta, em suma, a ilegalidade da realização da audiência de justificação por videoconferência, porquanto esta só pode ser efetivada em hipóteses excepcionais, o que não se verifica no caso corrente, pugnando pela condução do paciente para que

# Superior Tribunal de Justiça

compareça pessoalmente em juízo para realização da citada audiência atendendo-se, assim, ao contraditório e à ampla defesa.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação da decisão de 1º grau que deferiu a realização da audiência de justificação por videoconferência.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que a pretensão de cassação da decisão de 1º grau que deferiu a realização da audiência de justificação por videoconferência é claramente satisfativa, melhor cabendo o seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator